



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 05/ORDINÁRIA/2020/SG-DC

Aos 24 dias do mês de novembro do ano de 2020, no horário das 14h, remotamente por meio de videoconferência, realiza-se a V sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da Universidade Federal do ABC (UFABC) do ano 2020, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Wagner Alves Carvalho, vice-reitor; Acácio Sidinei Almeida Santos, pró-reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; Ana Paula Romani, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Armando Caputi, representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Beatriz Baria Vieira, representante discente de graduação; Cássia Gonçalves de Souza, representante suplente dos técnicos administrativos; Claudia Regina Vieira, representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Evonir Albrecht, pró-reitor adjunto de extensão e cultura; Fernando Luiz Cássio Silva, representante docente do CCNH; Francisco de Assis Zampiroli, representante docente do CMCC; Geovane Oliveira de Sousa, representante dos técnicos administrativos; Glenda Lorena Mezarobba, membro da comunidade civil; Gustavo Martini Dalpian, representante docente do CCNH; Gustavo Morari do Nascimento, representante docente do CCNH; Harki Tanaka, diretor do CECS; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC; João Paulo Gois, pró-reitor adjunto de pós-graduação; José Fernando Queiruga Rey, representante docente do CECS; Júlia Clauson, representante suplente discente de graduação; Laura Passarella Carajoinas, representante discente de graduação; Luciana Zaterka, representante docente do CCNH; Marcelo Bussotti Reyes, diretor do CMCC; Marcelo Furlin, membro da comunidade civil; Marcelo Salvador Caetano, representante suplente docente do CMCC; Mariana Ohara Morita Abreu, representante suplente discente de graduação; Mônica Schröder, pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Natália Gea, representante suplente dos técnicos administrativos; Otto Müller Patrão de Oliveira, representante docente do CCNH; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Raquel Vecchio Fornari, representante docente do CMCC; Rayssa Saidel Cortez, representante discente de pós-graduação; Regimeire Oliveira Maciel, representante suplente docente do CECS; Roberta Kelly Amorim de França, representante dos técnicos administrativos; Rodrigo de Freitas Bueno, representante docente do CECS; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Sara Cid Mascareñas Alvarez, pró-reitora de administração; Sônia Maria Malmonge, pró-reitora de pesquisa. **Ausências justificadas**: Rafael Ribeiro Dias Vilela de Oliveira, representante suplente docente do CMCC; Vanessa Elias de Oliveira, representante docente do CECS. **Ausentes**: Alberto Sanyuan Suen, representante docente do CECS. **Não votantes**: Daniel Pansarelli, secretário-geral; Alberto Setúbal, representante da UFABCJr; Arnaldo Rodrigues dos Santos Junior, diretor da InovaUFABC; Bianca Barboza Bertolotto, representante suplente discente de graduação; Catharina Paiola Magnossão, representante da UFABCJr; César Augusto João Ribeiro, representante suplente docente do CCNH; Fabio Danilo Ferreira, diretor adjunto da InovaUFABC; Felipe Carvalho Araújo, representante suplente discente de pós-graduação; Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha, pró-reitor adjunto de pesquisa; Silas Justiniano Veiga da Silva, representante suplente dos técnicos administrativos; Vanessa Cervelin Segura, pró-reitora adjunta de administração; Vânia Trombini Hernandez, pró-reitora adjunta de graduação. **Apoio**

administrativo: Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Fabiana Vallini, secretária executiva e Katia Tonello Semmelmann, assistente em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente abre a sessão às 14h07, com os **Informes da Reitoria:** o presidente, Dácio Roberto Matheus, lamenta pelo elevado número de mortes causadas pelo novo coronavírus. Com relação aos assuntos constantes na pauta, ressalta que houve grande esforço, por parte de todos os envolvidos, para se trazer assuntos pendentes para esta sessão ordinária no intuito de deliberar sobre as demandas administrativas pendentes. Anuncia que os relatórios da Comissão Permanente de Convênios (CPCo) e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) serão enviados, pela Divisão de Conselhos da Secretaria-Geral, a todos os conselheiros e aqueles que quiserem fazer algum apontamento acerca dos relatórios, poderão fazê-lo na continuação desta reunião, na próxima semana. **Ratificação da Comissão Eleitoral 2021, responsável pela condução das eleições gerais para os Conselhos Superiores.** O presidente comunica que será iniciado o novo processo eleitoral para as eleições gerais nos Conselhos Superiores da UFABC, para tanto, anuncia os indicados para compor a Comissão Eleitoral. Sob presidência do primeiro: Silas Leite, representante dos técnicos administrativos; Alessandra Teixeira, representante docente do CECS; Célio Adrega de Moura Junior, representante docente do CCNH; Márcio Fabiano da Silva, representante docente do CMCC; Isabella Berloff Alho, representante discente de graduação; Izabela Loner Santana, representante discente de pós-graduação; Edgard de Oliveira Nogueira, representante do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e Fátima Crhistine Silva, representante da Secretaria-Geral. Em Questão de Ordem, solicita-se que as representações discentes de graduação e de pós-graduação sejam retiradas desta eleição, haja visto que, devido aos acontecimentos da eleição passada, o período de mandato ficou diminuto. Os conselheiros solicitam que excepcionalmente novo processo eleitoral seja elaborado de modo que o mandato do atuais possa ser de 12 meses. Após discussão, define-se que será realizada uma eleição, no início de 2021, para representantes docentes do CCNH, CMCC e CECS, para representantes técnicos-administrativos e para a vacância de representante discente de pós-graduação e, posterior e excepcionalmente, em virtude da peculiaridade, uma segunda eleição, a ser realizada em maio de 2021, para as representações discentes. O presidente elucida que o Regimento do ConsUni prevê que não deve haver disparidade entre os mandatos dos membros dos Conselhos Superiores, portanto, o mandato dos discentes eleitos na segunda eleição deverá ser equiparado ao mandato dos demais membros dos conselhos na eleição subsequente, a ser realizada em 2022. Em votação, as propostas de encaminhamento de eleição extraordinária e equiparação de mandatos são aprovadas por unanimidade. Quanto à Comissão Eleitoral, o presidente esclarece que, em vista do adiamento do processo eleitoral para os discentes de graduação, essa representação será extinguida desta Comissão e restabelecida em momento oportuno, na eleição correspondente e homologa, portanto, a Comissão Eleitoral responsável pela condução das eleições gerais para os Conselhos Superiores, sem a participação da representante discente de graduação, Isabella Berloff Alho. **Informe dos Conselheiros:** 1) o conselheiro Ronei Miotto discorre acerca da 2ª edição do evento Menina Ciência – Ciência Menina que tem por objetivo trazer meninas do Ensino Fundamental II de todo o Brasil para interagirem com a ciência e mostrar os diversos papéis das mulheres cientistas; 2) o conselheiro Silas da Silva convida a todos a participarem da campanha de Natal, realizada anualmente pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do ABC (SinTUFABC), com objetivo de arrecadar verba para compra e distribuição de cestas de Natal aos trabalhadores terceirizados da UFABC; 3) o conselheiro Acácio Almeida inicia seu informe lamentando o assassinato de João Alberto Silveira Freitas, em Porto Alegre, cuja morte evidencia o racismo estrutural presente no Brasil. Informa, também, acerca de uma pesquisa realizada com os servidores técnicos-administrativos da UFABC sobre as condição de vida desses trabalhadores, cujo resultado será divulgado a todos em breve. Com base nos resultados, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP), juntamente com outros setores da

universidade, já estão pensando em diversas ações a serem realizadas; 4) o conselheiro Rodrigo Cunha comunica acerca do primeiro episódio da série Papos Científicos, que acontecerá dia 3 de dezembro, sobre o panorama mundial das vacinas contra a COVID-19 e contará com a participação do pesquisador Jorge Kalil, professor titular de Imunologia Clínica e Alergia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). **Ordem do Dia: Ata da V sessão ordinária do ConsUni, realizada em 19 e 26 de novembro de 2019. Ata da I sessão conjunta ConsUni e ConsEPE, realizada em 18 de fevereiro de 2020. Ata da I sessão extraordinária do ConsUni, realizada em 23 de junho de 2020. Ata da II sessão extraordinária do ConsUni, realizada em 26 de junho de 2020.** O presidente informa que a Secretaria-Geral (SG) não recebeu solicitações de alterações nas Atas listadas e pergunta aos conselheiros se há algum destaque a ser feito. A conselheira Sara Cid informa que enviaria à SG, algumas sugestões de alterações pontuais, que em nada afetam o conteúdo dos documentos. Acatadas as sugestões de alterações, o presidente encaminha as Atas para votação. Atas aprovadas com 4 abstenções. **Minuta de resolução de diretrizes orçamentárias 2021.** O presidente recorda a todos que este ponto de pauta está na Ordem do Dia pois, além de toda a discussão que houve na Audiência Pública, o documento também passou por deliberação na Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (Canoa). Passa a palavra à demandante, Mônica Schröder, pró-reitora de planejamento de desenvolvimento institucional, que inicia a apresentação esclarecendo que a Resolução de Diretrizes Orçamentárias (RDO) é o documento que define as regras gerais para a alocação e a execução dos recursos orçamentários da UFABC a cada ano. Apresenta breve histórico acerca da elaboração da minuta que teve seu início em meados de setembro, passando pela Audiência Pública, realizada em 24 de setembro e, finalmente, após deliberação dos representantes da Canoa, a minuta é apresentada ao ConsUni, já com todas as propostas de sugestões incorporadas. Destaca as principais questões e sugestões levantadas nas reuniões: 1) como serão mantidos os auxílios e bolsas, os serviços terceirizados e públicos e, a ampliação do parque tecnológico e laboratorial frente à possível redução orçamentária da UFABC em 2021; 2) como será realizado o enfrentamento dos efeitos da pandemia sobre o funcionamento da Universidade; 3) quais necessidades relativas à consolidação dos *campi* quanto à infraestrutura predial e laboratorial, implantação e/ou atualização das tecnologias de informação, entre outros. A demandante esclarece que em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020, existe a expectativa para que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2021 irá contar com 15,9% de corte no Custeio Geral, 18,1% de corte no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e 19,6% de corte no Investimento. Considerando esse panorama, pontua as principais sugestões encontradas no documento: 1) manutenção das bolsas e auxílios da graduação e da pós-graduação que já foram concedidos; 2) manutenção dos serviços terceirizados e serviços públicos essenciais; 3) manutenção da capacitação e qualificação de servidores; 4) manutenção das estruturas laboratoriais; 5) aquisição de serviços e materiais de consumo para as adequações necessárias para a retomada das atividades didáticas e administrativas presenciais, quando possível; 6) aquisição de acervos digitais e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) necessários para as atividades remotas; 7) conclusão das obras em andamento e; 8) corte nos materiais de consumo e serviços para a realização de eventos como o UFABC para Todos e de simpósios. Com a palavra, a relatora da Canoa, Sara Cid Alvarez, pró-reitora de administração, complementa a apresentação citando que, dos diversos encontros realizados com a comunidade acadêmica, surgiu um documento com as principais contribuições, cujo conteúdo foi utilizado como base na elaboração da RDO 2021. Esclarece que a minuta apresentada é o resultado de uma construção conjunta e em constante evolução que reflete os temas mais sensíveis à UFABC e que está estruturada para orientar as prioridades da universidade no próximo exercício, atendendo às demandas, bem como as readequações necessárias frente à atual crise sanitária. Em discussão, os conselheiros parabenizam a todos os envolvidos na construção do documento e levantam os seguintes pontos: 1) inclusão, nas cláusulas de promulgação, do Ato Decisório ConsUni nº 188,

de 19 de novembro de 2020, que aprova o Plano de retomada gradual de atividades presenciais na UFABC; 2) correção na numeração da ordem de prioridades das bolsas no inciso I, Art. 3º, onde se lê: “(4) demais modalidades de bolsas”, leia-se: “(5) demais modalidades de bolsas”. Em respostas aos apontamentos realizados, a demandante, Mônica Schröder, agradece os comentários e acata a sugestão de inclusão do Ato Decisório ConsUni nº 188 no início da Resolução e a correção na numeração da ordem de prioridades das bolsas no inciso I, Art. 3º. Como nenhum conselheiro deseja fazer uso da palavra, o presidente encaminha o documento para votação. A Resolução de Diretrizes Orçamentárias 2021 é aprovada por unanimidade. O presidente aproveita a ocasião para informar a todos que houve o restabelecimento, pela bancada paulista no Congresso Nacional, do recurso orçamentário destinado às instituições federais de ensino superior do Estado de São Paulo e, também, informa sobre as discussões que vêm sendo realizadas acerca da Proposta de Emenda da Constituição (PEC) 24/2019 que exclui as despesas de instituições federais de ensino da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias. Revisitação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O presidente ressalta que a revisitação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é imposta pelo próprio documento, que determina a revisão de suas metas, no prazo médio de cinco anos. Destaca, ainda, que o PDI já foi objeto de debate em sessão conjunta ConsUni e ConsEPE, realizada no início do ano, todavia, em decorrência da pandemia e todos seus desdobramentos, não foi possível sua deliberação na sessão ordinária do ConsUni imediatamente subsequente. Passa a palavra à representante do Grupo de Trabalho (GT) responsável pela condução das discussões que resultaram no documento apresentado, Mônica Schröder, que pontua os dois motivos direcionadores da revisitação do PDI: i) a necessidade de averiguar a eficiência da UFABC, sob a ótica do que foi alcançado e o que se deseja alcançar, sobretudo no que está contido no Capítulo 9 do documento; ii) a mudança de cenário recente, que trouxe restrições relativas à expansão dos recursos humanos e a manutenção do orçamento universitário, que são elementos cruciais ao atingimento dos objetivos pretendidos no PDI. Discorre sobre as etapas de elaboração do PDI, que passou por diversos diálogos com todas as áreas da universidade até que chegasse à discussão, em reunião conjunta dos Conselhos Superiores. Relembra que, na ocasião da reunião conjunta, ocorrida em fevereiro, foi disponibilizado um formulário para que os conselheiros apresentassem sugestões e propostas de alteração do PDI, e que estas deveriam ater-se ao Capítulo 5, que trata das diretrizes e recomendações. Ao todo, o GT recebeu 15 propostas, sendo todas acolhidas pelo GT. A relatora destaca que a compreensão a que se chegou, com base no diagnóstico realizado junto à comunidade UFABC foi que parte das metas quantitativas e de expansão, estabelecidas no PDI, não foram alcançadas e, muito provavelmente, diante dos cenários que a universidade tem lidado, algumas outras não serão alcançadas até 2022. Em vista disso, Mônica Schröder ressalta a importância de que se busque um nível intermediário de cumprimento dessas metas, de modo que não se perca a essência do documento, destacando que é nesse sentido que a discussão das diretrizes estabelecidas no Capítulo 5 deve andar. Em seguida, a relatora comenta sobre as diretrizes: a) manutenção da inovação sempre à vista, que, basicamente, trata da criação de 2 novos bacharelados interdisciplinares (BI), os cursos de “Artes e Tecnologia” e o de “Ciências da Vida”, considerando as particularidades da criação de cada um, bem como os cursos pós-BI decorrentes deles; b) planejamento da expansão da graduação da UFABC, a partir de iniciativas de baixo impacto em termos de novos recursos, levando em consideração todas as variáveis e discussões em curso na universidade; c) avaliar a expansão da graduação da UFABC, na Educação à Distância (EaD), de acordo com as especificidades do projeto pedagógico da universidade, no sentido de verificar seu impacto na qualidade de ensino na universidade; d) planejamento da expansão da pós-graduação da UFABC, por meio dos programas já existentes na universidade; e) assegurar a consolidação da infraestrutura da UFABC, dando atenção às obras em andamento, sobretudo à construção do Bloco *Lambda*, no *campus* São Bernardo; f) consolidação e expansão dos recursos humanos da UFABC.

Por fim, o GT fez três recomendações: i) a implantação de um único observatório que atenda a todos os pontos citados no PDI, tendo em vista as limitações orçamentárias e de servidores, uma vez que o documento prevê 3 observatórios distintos; ii) aprofundar o aprimoramento da coleta de dados e ampliação da análise de dados da graduação e das especificidades do projeto pedagógico da UFABC; iii) definição de metas para os seguintes temas, no próximo PDI: comunicação com a comunidade acadêmica externa; ações afirmativas e de inclusão e permanência; extensão e cultura; pesquisa e inovação; infraestrutura; serviços de tecnologia de informação e comunicação; gestão sustentável; e metas de evasão e retenção. Finda a apresentação, em discussão, são realizados os seguintes apontamentos: 1) questiona-se se é pertinente a aprovação de um documento como o PDI, tendo em vista o cenário desenhado pela pandemia para o futuro e as metas estabelecidas no documento, que não o abarcam, pontuando-se a criação dos dois BI como não sendo oportunas para o momento, por exemplo; 2) questiona-se sobre o nível de prioridade que está sendo dado às diretrizes, sobretudo sob a perspectiva de criação do observatório proposto; 3) apoia-se a priorização da criação dos dois novos BI, independentemente do cenário que se apresenta com a pandemia, acreditando-se que os dois novos cursos dariam à UFABC a capacidade de prover competências cruciais ao desenvolvimento regional; 4) defende-se que a manutenção das metas da universidade são importantes, independentemente da conjuntura, pontuando-se não ser salutar à continuidade do ensino superior público a simples adequação das universidades aos cenários adversos, como, por exemplo, a redução orçamentária; 5) propõe-se que a redação que trata da criação do observatório seja mais clara ao estabelecer sua criação, não apenas dando essa possibilidade; 6) questiona-se a quem caberá a criação do plano, solicitando-se que uma providência sobre o assunto seja dada ao ConsUni até à I sessão ordinária de 2021. Em resposta, Mônica Schröder explica que o PDI em discussão foi construído em 2013, momento quando não se via um cenário como o atual, trazido pela pandemia. Destaca que as prioridades da revisão do PDI, bem como o atingimento de suas metas não têm como objetivo diminuir os impactos da pandemia, mas de buscar o atendimento daquilo que foi estabelecido como pacto junto à comunidade UFABC, quando da criação do documento. Pontua que, dessa forma, a universidade, ao passo que enfrenta os problemas decorrentes da atual crise de saúde mundial, não trava seu desenvolvimento institucional, que é crucial para o futuro. Nesse sentido acreditar que o próximo PDI, diferentemente do atual, diante dos novos cenários, certamente os levará em consideração, quando da elaboração de suas metas. O presidente, reforçando a fala da demandante, acredita que a aprovação dos dois novos BI não só reafirma o que foi planejado em 2013, como garante a manutenção da estruturação da UFABC, no que diz respeito à ciência e tecnologia, mesmo diante de um cenário adverso, destacando a importância dos dois cursos como resposta à própria pandemia. Além disso, acredita ser importante, inclusive, que sejam contextualizados no documento os momentos distintos pelos quais passou, uma vez que nem todas as políticas nele estabelecidas, inicialmente, permanecem, seja por fatores políticos, econômicos ou sociais. Quanto ao questionamento sobre a criação do observatório, Mônica Schröder informa que a perspectiva é seja implantado ainda na vigência do PDI atual, conforme sugestão do GT, podendo, assim, debruçar-se sobre questões como a evasão e retenção, mesmo sendo uma recomendação para o próximo PDI. O presidente complementa que, apesar de a criação do observatório constar no PDI desde a elaboração do documento, sua implantação ainda não foi realizada pelo fato de haver dúvidas quanto à metodologia pela qual se daria sua concepção. Ademais, pontua que nos últimos anos têm havido movimentos no sentido de buscar a melhor forma de fazê-lo, inclusive, junto a outras instituições, sendo que os frutos dessas ações, aliados aos caminhos que o GT propôs para essa implantação, têm dado margem para a concretização dessa meta, até o fim do PDI atual. O presidente conclui entender que, aprovar a revisão em pauta é autorizar a criação do observatório único, conforme proposto pelo GT, o que acredita ser salutar aos objetivos pretendidos. O vice-presidente, Wagner Carvalho, comenta sobre a sua participação em um curso

de métricas juntamente com outras instituições. Explica que aquilo que está sendo proposto pelo GT conversa com o que outras instituições têm feito, com relação à metodologia de implantação de observatórios, reforçando a direção certa tomando pela UFABC. Reforça o apoio à sugestão do GT. Retomando a palavra, a demandante propõe a inserção de uma redação, como um 4º parágrafo, na diretriz “a”, do Capítulo 5 do relatório, no sentido de contextualizar o processo de cumprimento de metas pela universidade, diante das crises sanitária, política e orçamentária, bem como suas decorrências e impactos na sociedade. Não há manifestações contrárias à inserção do texto, sendo, então, inserido no documento. Quanto à recomendação que trata da viabilização da criação do observatório, altera o texto, passando a ser uma recomendação de implantação do observatório, não apenas de viabilidade de sua criação, conforme sugestão. Não há manifestação contrária à alteração, sendo inserida no documento. O presidente reforça que a aprovação do presente relatório de revisitação do PDI, conforme o proposto pelo GT, e as alterações em deliberação, já autoriza a execução do que estiver estabelecido, carecendo, no caso da criação do observatório, de formalização por meio de ato administrativo ou resolução, a depender da matéria e formato no qual for elaborado. Todavia, reforça que, em qualquer caso, será levado à apreciação deste Conselho, antes da I sessão ordinária de 2021. Não havendo mais manifestações, o presidente encaminha o documento de revisitação do PDI, proposto pelo GT, para votação. Aprovado por unanimidade. Minuta de Resolução que normatiza a criação, funcionamento e o reconhecimento institucional das Empresas Juniores na UFABC. O relator da matéria, Arnaldo Rodrigues, informa que o documento será apresentado em conjunto com 2 discentes de graduação, Alberto Setúbal e Catharina Paiola, representantes da Empresa Júnior da UFABC, e com o técnico-administrativo Fábio Ferreira, que é diretor-adjunto da InovaUFABC. Arnaldo Rodrigues inicia informando sobre a necessidade de normatização institucional das Empresas Juniores na UFABC, que decorre da Lei nº 3.267, de abril de 2016. Explica que a InovaUFABC é a responsável pelas empresas juniores no âmbito da UFABC. Atualmente, há apenas uma empresa júnior constituída e outra em vias de ativação de seu CNPJ. Destaca que a formulação da minuta em pauta contou com a participação das entidades estudantis da UFABC e do Núcleo de Empresas Juniores do Estado de São Paulo (NEJESP), que faz parte da Federação de Empresas Juniores do Estado de São Paulo (FEJESP). A discussão e aprovação do texto foi inicialmente realizada pelo Conselho Técnico-Científico da InovaUFABC (CTC-InovaUFABC), que conta com diversas representações da UFABC, incluindo direções de Centro e Pró-Reitorias. Os representantes da UFABC Júnior, Alberto Setúbal e Catharina Paiola apresentam a instituição, destacando os seguintes pontos: i) a empresa foi fundada em 2011 e seus primeiros projetos ocorreram em 2013, internamente, na própria UFABC; ii) o primeiro projeto remunerado externo foi realizado em 2014, para a Universidade de São Paulo (USP); iii) a empresa investe seus faturamentos na capacitação e treinamento de seus membros, sendo que, atualmente já custeia todo o desenvolvimento de seu pessoal; iv) em 2020, 100% dos membros da empresa já se envolveu com algum tipo de projeto; v) a empresa realiza projetos em conjunto com outras empresas juniores de diversos outros seguimentos; vi) a empresa já atua com mais 150 empresas em todo o Brasil, incluindo a DASA, rede integrada de saúde, maior empresa de medicina diagnóstica da América Latina; vii) em 2020, a empresa realizou seu primeiro projeto internacional junto a uma empresa de Portugal; viii) a missão da empresa é proporcionar soluções inteligentes, fomentando empreendedorismo consciente na Região do Grande ABC e a formação de agentes transformadores, sendo esses os próprios estudantes; ix) a visão da empresa é ser a maior aceleradora de estudantes do ABC, até o ano de 2020; x) sua cultura e os seus valores são: sede de conhecimento e fome de aplicação; vista camisa ou vista pijama; compromisso com o resultado; transformação de jovens e criação de futuros; xi) a empresa realiza projetos de consultoria, sendo: pesquisas de mercado; marketing e marketing digital; mapeamento de processos; *business intelligence*; plano de negócio; e desenvolvimento de sites e *e-commerce*; xii) a UFABC Júnior conta com várias parcerias com empresas externas que apoiam e validam os

286 projetos. Arnaldo Rodrigues complementa informando que o trabalho realizado pela UFABC
287 Júnior foi premiado em 2017, 2018 e 2019, havendo grande possibilidade de que isso se repita em
288 2020. Em discussão, levantam-se os seguintes pontos: 1) questiona-se, no parágrafo único, do Art.
289 2º da minuta, sobre quem seriam os referidos quando se utiliza o termo “associados”; 2) no Art.
290 6º, quanto ao termo “integrantes”, questiona-se se ele abrange os docentes orientadores; 3)
291 questiona-se sobre a necessidade de manutenção do que prevê o inciso II, do Art. 6º, que trata da
292 vedação a manifestações ideológicas ou político-partidárias, uma vez que as interpretações sobre
293 o que configuraria essas manifestações são abrangentes; 4) sugere-se que seja explicitado que a
294 InovaUFABC é a responsável pela apreciação do relatório de atividades do exercício das empresas
295 juniores, na UFABC; 5) levanta-se preocupação quanto ao responsável pelo fornecimento de
296 suporte institucional, técnico e material às empresas juniores, na UFABC, uma vez que, pelo que
297 se lê, essa responsabilidade é dada aos Centros, informando-se a impossibilidade dessa previsão;
298 6) questiona-se se existe possibilidade de interação das empresas juniores com projetos de pós-
299 graduação e como se daria essa relação; 7) sugere-se que seja dada ampla divulgação sobre as
300 atividades da UFABC Júnior na página eletrônica da UFABC; 8) questiona-se se existe a
301 possibilidade de uma Empresa Júnior vir a ser desvinculada da UFABC, caso venha a ter grande
302 destaque no mercado; 9) sugere-se que haja uma normatização das relações entre empresas
303 juniores, no âmbito da UFABC, pela InovaUFABC, tal qual existe no âmbito empresarial externo,
304 tendo em vista a evitar quaisquer transtornos nesse sentido; 10) sugere-se que a etapa de aprovação
305 do plano acadêmico pelo Conselho de Centro seja retirada, uma vez que não constitui uma
306 atividade remunerada por parte do docente que atua junto à empresa júnior; 11) discorda-se da
307 retirada da apreciação pelos Conselhos de Centro, uma vez que o procedimento é importante para
308 que essas instâncias tenham ciência das atividades que o docente estiver realizando na
309 universidade. Em resposta, Arnaldo Rodrigues informa que os termos utilizados referem-se a todos
310 os membros integrantes das empresas juniores, incluindo discentes e docentes orientadores.
311 Quanto ao previsto no inciso II, do Art. 6º, o relator informa que o dispositivo decorre de lei,
312 motivo pelo qual foi inserido e mantido na minuta ao longo das discussões. Com relação ao
313 responsável pela apreciação do relatório de atividades realizadas no exercício, Fábio Ferreira
314 informa que a própria InovaUFABC teria essa incumbência, que decorre do previsto na Resolução
315 nº 143, do ConsUni, acatando-se a sugestão de explicitação dessa previsão na minuta. No que diz
316 respeito ao suporte institucional, concorda que há espaço para que isso seja explicitado, sugerindo
317 que, a InovaUFABC seja a responsável pelo recebimento da demanda e realize as interlocuções
318 com os setores afins da UFABC, na busca pelo suporte necessário, devendo aprovar o plano, ou
319 não, antes de encaminhá-lo para aprovação pelos Conselhos de Centro. Dessa maneira, não se
320 vincula a responsabilidade de suporte a apenas uma área da universidade, bem como se garante
321 que o apoio seja dado da maneira mais adequada possível às empresas juniores, evitando qualquer
322 prejuízo aos interesses da própria universidade, ficando a cargo do Conselho de Centro a aprovação
323 do plano acadêmico e, não necessariamente, a obrigação pelo suporte. Explica que não é possível
324 que seja retirada a participação do Conselho de Centro desse processo, tendo em vista que a lei
325 exige que o órgão colegiado de ensino aprove o plano. Essa proposição é aceita pelo proponente e
326 acatada pelo demandante. No tocante à integração da UFABC Júnior à pós-graduação da UFABC,
327 Fábio Ferreira diz haver a possibilidade de parceria, que se daria por meio de um termo de
328 colaboração com a própria UFABC, carecendo de um objeto específico, neste caso. O presidente
329 informa que a assessoria de comunicação e imprensa (ACI) da UFABC já está em conversas com
330 a UFABC Júnior para que seja dado o destaque merecido ao trabalho realizado pela empresa.
331 Retomando a palavra, Arnaldo Rodrigues, sobre a possibilidade de desvinculação de uma empresa
332 júnior da UFABC, informa que ela existe, todavia, é necessário que haja uma mudança de
333 personalidade jurídica, o que implica em deixar de ser uma empresa sem fins lucrativos, inclusive,
334 alterando seu CNPJ e nome fantasia. Quanto à proposta de criação de uma normativa, pela

InovaUFABC, para regramento das relações entre as empresas juniores da UFABC, o relator acata a proposta, no Art. 11 da minuta. Não havendo mais comentários, o presidente encaminha a minuta para votação, consignadas as alterações sugeridas e acatadas pela relatoria. Aprovada por unanimidade. A Mesa parabeniza o excelente trabalho realizado pela InovaUFABC e pela UFABC Júnior, ressaltando a importância da regulamentação aprovada para o desenvolvimento do empreendedorismo na comunidade UFABC e no seu entorno. Dado o avanço das horas, o presidente informa que a sessão terá continuação em 1º de dezembro. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião às 18h15.-----

Ao 1º dia do mês de dezembro do ano de 2020, no horário das 14h, remotamente por meio de videoconferência, realiza-se a continuação da V sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da Universidade Federal do ABC (UFABC) do ano de 2020, previamente convocada e presidida pelo magnífico vice-reitor, Wagner Alves Carvalho, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Acácio Sidinei Almeida Santos, pró-reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; Ana Paula Romani, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Armando Caputi, representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Beatriz Baria Vieira, representante discente de graduação; Carlos da Silva dos Santos, representante docente do CMCC; Eduardo Guéron, representante docente do CMCC; Eduardo Lucas Subtil, representante suplente docente do CECS; Evonir Albrecht, pró-reitor adjunto de extensão e cultura; Fernando Luiz Cássio Silva, representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Francisco de Assis Zampiroli, representante docente do CMCC; Geovane Oliveira de Sousa, representante dos técnicos administrativos; Gustavo Martini Dalpian, representante docente do CCNH; Gustavo Morari do Nascimento, representante docente do CCNH; Harki Tanaka, diretor do CECS; João Paulo Gois, pró-reitor adjunto de pós-graduação; Júlia Clauson, representante suplente discente de graduação; Kate Mumhy Oliveira Kumada, representante suplente docente do CCNH; Laura Passarella Carajoinas, representante discente de graduação; Lucas Faustino de Oliveira, representante discente de graduação; Marcelo Bussotti Reyes, diretor do CMCC; Mônica Schröder, pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Natália Gea, representante suplente dos técnicos administrativos; Otto Müller Patrão de Oliveira, representante docente do CCNH; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Raquel Vecchio Fornari, representante docente do CMCC; Regimeire Oliveira Maciel, representante suplente docente do CECS; Renata Silva, representante dos técnicos administrativos; Roberta Kelly Amorim de França, representante dos técnicos administrativos; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Sara Cid Mascareñas Alvarez, pró-reitora de administração; Sônia Maria Malmonge, pró-reitora de pesquisa. **Ausências justificadas**: Dácio Roberto Matheus, reitor; Glenda Lorena Mezarobba, membro da comunidade civil; Marcelo Furlin, membro da comunidade civil. **Ausentes**: Alberto Sanyuan Suen, representante docente do CECS; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC; Luciana Zaterka, representante docente do CCNH; Rayssa Saidel Cortez, representante discente de pós-graduação; Rodrigo de Freitas Bueno, representante docente do CECS. **Não votantes**: Daniel Pansarelli, secretário-geral; Bianca Barboza Bertolotto, representante suplente discente de graduação; Carolina Gabas Stuchi, diretora da Associação dos Docentes da Universidade Federal do ABC (ADUFABC); José Blanes Sala, docente do CECS; Luiza Trimer Galvão Leite, representante suplente discente de graduação; Silas Justiniano Veiga da Silva, representante suplente dos técnicos administrativos; Tatiana Keimi Izumi, assistente social; Vanessa Cervelin Segura, pró-reitora adjunta de administração; Vânia Trombini Hernandes, pró-reitora adjunta de graduação; Wanius José Garcia da Silva, presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD); Wesley Góis, vice-presidente da CPPD. **Apoio administrativo**: Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Fabiana Vallini, secretária executiva e Kátia Tonello

Semmelmann, assistente em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente em exercício, Wagner Carvalho, abre a sessão às 14h02, justificando a ausência do presidente, Dácio Matheus, que se encontra em afastamento médico. No ensejo, convida o conselheiro Ronei Miotto para compor a Mesa. **Ordem do dia: Minuta de Resolução de criação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UFABC (CSMV-UFABC) para Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Refúgio/ Refugiados e Migrantes.** Em virtude de a relatora Maria Gabriela Marinho estar em período de férias, o conselheiro Acácio Almeida realiza a apresentação da relatoria. Apresenta breve histórico da proposta, destacando que a Cátedra Sérgio Vieira de Mello foi instituída pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 2003, e que seus trabalhos foram iniciados na UFABC em 2014, vinculada ao Núcleo de Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFABC (NCTS), por meio de um convênio com a ACNUR. Com a extinção do NCTS, em 2016, a cátedra passou a ter maior espaço institucional, ampliando o número de membros, atividades e avançando em frentes como a garantia da reserva de vagas para refugiados e a bonificação nas taxas de reconhecimento de diplomas estrangeiros. Apesar desses avanços, desde à extinção do NCTS, a cátedra não está formalmente identificada na estrutura institucional da UFABC, motivo pelo qual se fez necessária a proposta de sua criação como órgão de apoio acadêmico e complementar, vinculado à Reitoria. Acácio acrescenta que, junto à proposta, segue o termo de colaboração técnico-científico, a proposta de regimento interno da cátedra e o relatório de atividades desenvolvidas em 2015 e 2016, destacando que tais documentos atestam a relevância dos trabalhos desenvolvidos pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UFABC (CSMV-UFABC), bem como evidenciam a preocupação da UFABC com o tema refúgio/refugiados e migrantes. Por fim, Acácio destaca as recomendações deixadas pela relatoria, que sugere: i) explicitação, no regimento, dos critérios, procedimentos e mecanismos de renovação da coordenação; ii) inserção da possibilidade de participação de membros externos à UFABC, que tenham interesse e engajamento com a área de atuação da CSMV-UFABC; iii) construção de mecanismos de maior interação social e institucional, ampliando sua articulação com a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC) e a participação discente, de modo a atender, inclusive, à necessidade de cumprimento de créditos de extensão; iv) implementação regimental de mecanismos de divulgação e publicidade de suas atividades, visando não só a atender à transparência como também a ampliar seu alcance social e institucional; v) incluir, no final do Art. 1º, a redação “vinculado à Reitoria, bem como formalizar todos os atos precedentes”. Em conclusão, Acácio Almeida destaca que a relatoria manifesta parecer favorável à aprovação do documento, ressalvadas as observações realizadas. Em seguida, José Blanes, demandante da proposta, informa acatar todas as recomendações realizadas pela relatoria. Em discussão, os seguintes apontamentos são realizados: 1) sugere-se a inserção, na ementa, do termo “solicitantes de refúgio”, como consta nos documentos de reserva de vagas para refugiados; 2) sugere-se à inserção, na cláusula de promulgação que trata da instituição da CSMV pela ACNUR, do ano em que ocorreu esse fato; 3) sugere-se, no Art. 4º, que se altere o termo “passa a coordenar” para “coordenará”; 4) sugere-se que a Reitoria, através de Portaria, nomeie um GT responsável pela elaboração e aprovação do regimento interno da CSMV-UFABC, uma vez que a esta ainda não está instituída formalmente. A esta proposta, sugere-se que seja colocada como uma disposição transitória na resolução. O demandante da matéria acata as sugestões de inclusão do termo “solicitantes de refúgio” e a inclusão do ano de criação das cátedras, no considerando correspondente. Acata, também, a alteração sugerida para o Art. 4º. Ademais, acata a proposta de que o regimento interno da CSMV-UFABC seja elaborado por um GT designado pela Reitoria. Dada a concordância da área demandante, o texto sugerido é inserido na minuta na forma do Art. 9º, nas disposições transitórias. Não havendo mais comentários, o presidente encaminha a resolução, consignadas as sugestões acatadas pela área demandante, para votação. Aprovada por unanimidade. **Minuta de Resolução de instituição da Comissão de Políticas Afirmativas da UFABC, que revoga e substitui a Resolução**

433 ConsUni nº 107. A relatora, Natália Géa, inicia a apresentação discorrendo acerca do histórico da
434 proposta que contou com debates em diversas instâncias na UFABC com o intuito de atualizar a
435 Resolução, ampliando a participação de outros setores na Comissão de Políticas Afirmativas
436 (CPAf), assim como rever suas competências. Acerca das alterações, pontua as principais: 1)
437 correção na ordem das etapas do inciso III, Art. 1º, onde se lê: “aprovar a aplicação e a destinação
438 de recursos orçamentários”, leia-se: “aprovar a destinação e a aplicação de recursos
439 orçamentários”; 2) no inciso V, Art. 1º, ampliação dos programas de apoio para toda a comunidade
440 acadêmica, não só para os discentes; 3) no Art. 2º, sugere-se a adição de um membro da Pró-
441 Reitoria de Pós-Graduação, um membro da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e um membro da
442 categoria de trabalhadores terceirizados na CPAf, permitindo que a comissão adquira um número
443 ímpar de membros e ampliando a participação da comunidade acadêmica da UFABC. Quanto à
444 participação dos trabalhadores terceirizados, a relatora sugere que seja realizada através do GT de
445 Acolhimento, tendo em vista a multiplicidade de empresas que prestam serviços à UFABC e por
446 saber que não há a possibilidade de interferência na forma de gestão dessas empresas e,
447 consequentemente, na estabilidade dos funcionários que queiram participar da comissão. Por fim,
448 sugere a aprovação da Resolução com as propostas de alterações apresentadas. O pró-reitor de
449 Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas, Acácio Almeida, destaca a importância da
450 atualização da Resolução ConsUni nº 107, principalmente no atual contexto pandêmico, a fim de
451 ampliar a cobertura do atendimento dado pelos programas de apoio a todos aqueles que necessitam.
452 Em discussão, os conselheiros parabenizam a todos os envolvidos pelo trabalho realizado e
453 destacam os seguintes pontos: 1) solicita-se a garantia da participação dos trabalhadores
454 terceirizados na CPAf; 2) solicita-se ponderação na nomeação do trabalhador terceirizado para a
455 participação na CPAf, uma vez que o contrato da empresa pode findar-se na metade do mandato,
456 deixando a representação vacante na comissão, prejudicando, desta maneira, o trabalho a ser
457 realizado; 3) sugere-se a inclusão de um membro representante do grupo de refugiados e
458 imigrantes. Em resposta, Acácio Almeida, agradece pelos elogios e pela lembrança da importância
459 de se ter na CPAf um membro representante dos refugiados. Elucida que há um diálogo junto aos
460 setores responsáveis pelos editais de contratação de empresas terceirizadas, no sentido de se
461 garantir, da melhor maneira possível e legal, que os trabalhadores que queiram participar ou se
462 candidatar para comissões na UFABC, não sejam prejudicados pelas empresas. Natália Gea
463 complementa mencionando que o GT de Acolhimento seria a melhor alternativa para se garantir a
464 justa participação dos terceirizados nas comissões. Quanto à sugestão de inclusão de um membro
465 representante dos refugiados, a relatora acata a proposta, porém, sugere que seja retirado o membro
466 adicional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação para que a CPAf permaneça com um número ímpar
467 de participantes. A área demandante acata a sugestão da relatora. Findas as discussões, o presidente
468 encaminha o documento, com as alterações aprovadas, para votação. Resolução aprovada por
469 unanimidade. Minuta de Resolução que normatiza os Programas de Apoio ao estudante de
470 graduação da UFABC, revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 59, de 2011, e a Resolução
471 ConsUni nº 88, de 2012. A relatora, Roberta Kelly França, destaca os principais pontos de sua
472 relatoria: 1) inclusão de outro artigo com o seguinte texto: “Art. 3º: As modalidades dos programas
473 de apoio descritas nesta resolução, serão regidas por editais específicos. §1º: Os editais para
474 seleção dos estudantes que concorrerão a essas modalidades está condicionada a existência de
475 recurso orçamentário definidos pela Resolução de Diretrizes Orçamentárias. §2º: Na ausência de
476 recursos para viabilizar todas as modalidades, competirá a CPAf definir qual/quais entre elas será
477 priorizada”; 2) no Art. 3º da seção I, onde se lê: “As seguintes modalidades de auxílios poderão
478 ser concedidas, podendo-se conceder mais de uma modalidade a um mesmo estudante”, leia-se:
479 “As seguintes modalidades de auxílios poderão ser concedidas, sendo permitido ao estudante
480 concorrer a mais de uma modalidade descrita nesta seção, se comprovada a necessidade”; 3) no
481 inciso II da seção I, onde se lê: “...que necessitem morar fora de sua residência familiar para estudar

na UFABC”, leia-se: “...que necessitem morar fora de sua residência familiar para estudar na UFABC, priorizando os estudantes procedentes de outros estados, da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e da Baixada Santista (RMBS)”;

4) substituição da expressão “subvenção financeira”, por “subsídio financeiro”, em todo o documento;

5) substituição de todo o texto do inciso VIII da seção I, por: “Auxílio Saúde: consiste em subsídio financeiro, com periodicidade de desembolso mensal e por tempo determinado, destinada ao estudante dos grupos de maior vulnerabilidade social (pretos, pardos, indígenas, refugiados e pessoas transgêneras) com exceção das pessoas com deficiência que já são amparadas pela Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, lei de inclusão da pessoa com deficiência, com necessidade de submeter-se a tratamento de saúde, indisponível ou de longa espera no Sistema Único de Saúde (SUS), não disponibilizado pela UFABC, como tratamento odontológico, psiquiátrico e/ou psicológico”;

6) exclusão dos Art. 6º ao 13 e dos Art. 18 ao 21, possibilitando maior autonomia para a CPAf e para os servidores da ProAP, além de simplificar o documento, retirando do texto elementos específicos que devem constar nos editais dos programas de apoio.

Por fim, a relatora destaca a importância desta Resolução para a política inclusiva da UFABC e manifesta concordância com sua aprovação com as propostas de alterações apresentadas. O representante da área demandante, Acácio Almeida, tece elogios à relatora pelo trabalho realizado e acata as propostas de alterações citadas, porém, faz algumas sugestões:

1) no Art. 2º da seção Resolve, onde se lê: “São candidatos aos Programas de Apoio somente os estudantes com renda familiar per capita...”, leia-se: “São candidatos elegíveis aos Programas de Apoio prioritariamente os estudantes com renda familiar *per capita*...”;

2) inclusão no Art. 2º da seção Resolve, de dois parágrafos: “§1º As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. §2º Os editais específicos considerarão os critérios de renda sem prejuízo dos perfis de vulnerabilidade conforme as ações afirmativas praticadas pela UFABC, seguindo as portarias específicas da ProAP sobre o tema”;

3) no §2º do Art. 3º, proposto pela relatora, para a seção Resolve, onde se lê: “Na ausência de recursos para viabilizar todas as modalidades, competirá a CPAf definir qual/quais entre elas será priorizada”, leia-se: “Na falta ou insuficiência de recursos orçamentários para viabilizar todas as modalidades, competirá à CPAf definir qual/quais entre elas será priorizada”;

4) no Art. 3º da seção I, onde se lê: “As seguintes modalidades de auxílios poderão ser concedidas, sendo permitido ao estudante concorrer a mais de uma modalidade descrita nesta seção, se comprovada a necessidade”, leia-se: “As seguintes modalidades de auxílios poderão ser concedidas, sendo permitido ao estudante concorrer e ser atendido por mais de uma modalidade descrita nesta seção, se comprovada a necessidade”;

5) no inciso II da seção I, onde se lê: “...que necessitem morar fora de sua residência familiar para estudar na UFABC, priorizando os estudantes procedentes de outros estados, da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e da Baixada Santista (RMBS)”, leia-se: “...que necessitem morar fora de sua residência familiar para estudar na UFABC, priorizando os estudantes procedentes de localidades que não componham a Região Metropolitana de São Paulo e Região Metropolitana da Baixada Santista, porém, sem prejuízo dos moradores destas regiões”;

6) no inciso X da seção I, onde se lê: “...possa suprir necessidades de aquisição e adaptação de ferramentas individuais de Tecnologia Assistiva para a viabilização da permanência qualificada na UFABC”. Leia-se: “...possa suprir necessidades de aquisição e adaptação de ferramentas individuais de Tecnologia Assistiva nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015, para a viabilização da permanência qualificada na UFABC”.

A relatora concorda com as alterações propostas pela área demandante, portanto, consideram-se as alterações incorporadas ao documento. Em discussão, são levantados os seguintes pontos:

1) sugere-se a inserção no Art. 3º da seção I, de um parágrafo com o seguinte texto: “§1º Caberá a CPAf a aprovação dos editais de cada um dos programas de apoio”;

2) sugere-se no Art. 2º da seção Resolve, onde se lê: “São candidatos

elegíveis aos Programas de Apoio prioritariamente os estudantes com renda familiar per capita...”, leia-se: “São candidatos elegíveis aos Programas de Apoio prioritariamente os estudantes do ensino de graduação com renda familiar per capita”; 3) sugere-se, no inciso X da seção I, onde se lê: “...possa suprir necessidades de aquisição e adaptação de ferramentas individuais de Tecnologia Assistiva”, leia-se: “...possa suprir necessidades de aquisição e adaptação de Tecnologia Assistiva”; 4) sugere-se a inclusão, na seção das atribuições, do seguinte texto: “considerando a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei da Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania, e que define os termos acessibilidade e tecnologia assistiva”; 5) sugere-se, no inciso XIV da seção I, onde se lê: “Auxílio Intercâmbio: consiste em subvenção financeira para o participante de ação de intercâmbio, em parcela única, destinado ao pagamento de despesas relacionadas à documentação e ingresso no país e na instituição pretendidos”, leia-se: “Auxílio Intercâmbio: consiste em subsídio financeiro para o participante de ação de intercâmbio acadêmico no exterior, em parcela única, destinado ao pagamento de despesas relacionadas à documentação e ingresso no país e na instituição pretendidos, considerando, quando necessário, os custos com deslocamento, permanência e seguro saúde”; 6) sugere-se, no inciso XV, da seção I, onde se lê: “Auxílio Evento Cultural, Político ou Esportivo consiste em apoio à realização e à participação dos estudantes, políticos e esportivos, na forma de subvenção financeira ou fornecimento de bens”, leia-se: “Auxílio Evento Cultural, Político ou Esportivo consiste em apoio à realização e à participação dos estudantes em eventos culturais, políticos e esportivos, na forma de subsídio financeiro ou fornecimento de bens”. Em resposta, a relatora elucida que o Art. 25 da seção VII especifica que todos os procedimentos e especificidades relacionados aos auxílios serão estabelecidos em editais elaborados e divulgados pela ProAP e deverão ser submetidos à aprovação da CPAf. Portanto, não há a necessidade de inserção de um novo artigo na seção I, como proposto. Acerca das demais sugestões, tanto a área demandante, quanto a relatora acatam as propostas de alterações, portanto, consideram-se incorporadas ao documento. Findas as discussões, o presidente encaminha o documento para votação. Resolução aprovada por unanimidade. **Expediente:** Calendário ConsUni 2021. O relator, Daniel Pansarelli, esclarece que este calendário segue o mesmo modelo que vem sendo usado nos últimos anos, portanto, com reuniões bimestrais e com os mesmos prazos, tanto para o envio de sugestões, quanto para o envio da pauta. Elucida que, apesar de no Regimento Interno do ConsUni constar que as reuniões devam ser trimestrais, após consulta à Procuradoria da UFABC, decidiu-se em caráter excepcional, até que o Regimento revisado, que as reuniões serão bimestrais, intercalando com Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE). Sugere que o documento seja promovido à Ordem do Dia. O presidente questiona se há algum conselheiro contrário à promoção do item para a Ordem do Dia. Não havendo manifestações contrárias, o item é promovido para a Ordem do Dia. Em discussão, questiona-se o porquê de a primeira reunião ordinária do ConsUni estar marcada somente para o final de março, haja visto que já se terá percorrido metade do quadrimestre letivo. Em resposta ao questionamento, o relator esclarece que as reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE) que trata de matérias de cunho pedagógico, já tem em seu calendário a primeira reunião agendada para fevereiro, ademais, o calendário do ConsUni acompanha o mandato e as eleições para os Conselhos Superiores. Findas as discussões, o presidente encaminha o documento para votação. Calendário aprovado por unanimidade. **Proposta de Resolução Progressão e Promoção.** O relator, Fernando Cássio, informa que a proposta partiu da necessidade de regulamentação excepcional dos critérios de avaliação de desempenho docente para efeito de progressão e promoção, tendo em vista a evitar inconsistências nesse processo, dados os impactos que se sofre com a extensão do período de trabalho remoto. Destaca que a proposta busca dar maior segurança jurídica à UFABC, uma vez que, na análise caso a caso, pode-se incorrer na violação de

princípios como o da impessoalidade e isonomia. Passa a palavra à professora Carolina Stuchi, diretora de relações sindicais jurídicas e profissional da Associação dos Docentes da UFABC (ADUFABC), que complementa a apresentação e defesa da proposta argumentando que o estabelecimento de regras como a adesão facultativa ao ensino remoto, levando em consideração as questões pessoais, técnicas e de gênero dos docentes, é imprescindível para que se evite a exposição pessoal na análise caso a caso. Além disso, destaca que as regras propostas são pontuais e transitórias, aplicando-se apenas ao período de trabalho remoto, visto que sua extensão compreende boa parte do período de interstício docente, influenciando em sua avaliação de desempenho. Carolina pontua a urgência da aprovação de tais regras, uma vez que o Quadrimestre Suplementar (QS) já está em construção. No entanto, informa que a minuta está incompleta, justamente para que se construa uma proposta sob a óptica das várias áreas da universidade. Apresenta algumas sugestões, com base no que outras IFES já têm adotado sobre a matéria: i) acréscimo de novos itens de pontuação, considerando atividades remotas e pontuação pela formação remota, bem como acréscimo de 25% na pontuação de disciplinas ministradas remotamente; ii) adicional de 30% na pontuação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração; iii) adicional de carga horária às docentes com filhos em idade escolar, bem como aos docentes que possuem idosos sob os seus cuidados; iv) horas adicionais para planejamentos, no contexto do ensino remoto; v) avaliação proporcional do período de efetivo exercício, de acordo com a adesão facultativa ao ensino remoto; vi) espelhamento de pontuação obtida no relatório anterior, sob a ótica de que, em período normal de trabalho, o docente cumpre as suas obrigações. Concluindo a apresentação, Carolina Stuchi explica que a proposta de resolução partiu da direção da ADUFABC, sendo referendada em assembleia docente, no dia 19 de novembro de 2020. Em discussão, são realizados os seguintes apontamentos: 1) sugere-se que a minuta em pauta, quando do seu retorno, na sessão seguinte, seja acompanhada de parecer jurídico, tendo em vista afastar qualquer ilegalidade daquilo que for deliberado; 2) pontua-se ser importante que os docentes informem o motivo da não adesão ao ensino remoto; 3) sugere-se que sejam atribuídos pontos diferentes entre progressão e promoção, de maneira a diferenciar as regras para cada evento, uma vez que são situações distintas. Sugere-se, ainda, que sejam aplicados descontos percentuais na pontuação docente, uma vez que, no caso da promoção, não é possível postergar a pontuação exigida; 4) aponta-se discordância com o estabelecimento de critérios gerais, sem um estudo aprofundado do assunto, dada a subjetividade de cada caso, solicitando que sejam apresentados dados que sustentem a proposta. Aponta-se, ainda, a importância do mapeamento do trabalho remoto docente, bem como as particularidades e desafios de cada um; 5) explica-se que a falta de dados se dá pelo fato de a minuta estar em construção; 6) aponta-se concordância com a proposta, acreditando-se que ela dá amparo às decisões da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), quando da necessidade; 7) defende-se a proposta, acreditando-se que flexibiliza e divide com a UFABC os impactos profissionais e de saúde que podem atingir os trabalhadores docentes, nesse período de exceção; 8) destaca-se que a resolução do QS já dá um crédito a mais para cada disciplina que o docente leciona; 9) sugere-se que o ConsUni comprometa-se a discutir e aprovar uma resolução sobre o assunto, na próxima sessão, fazendo-o, se necessário, numa sessão extraordinária. Em atendimento aos comentários, Fernando Cássio, relator da matéria, reforça que a proposta não tem como objetivo criar uma promoção ou progressão automáticos, mas esclarecer, institucionalmente, como a UFABC vai lidar com as avaliações dos critérios de progressão e promoção, nesse período de exceção, além de evitar quaisquer constrangimentos aos docentes nesse processo. Ressalta que a proposta, apesar de urgente, está aberta ao debate de critérios e meios para a sua implementação. Carolina Stuchi acrescenta que a ADUFABC cogitou a utilização de um questionário para coleta de dados junto aos docentes, todavia, à época, ainda havia inconsistências quanto ao que se pretendia com a pesquisa, não sendo uma ideia descartada pela associação docente. Destaca que há casos concretos de docentes que não conseguiram atingir a

629 pontuação necessária na avaliação de desempenho, e que, em sua maioria, tratavam-se de docentes
630 com filhos, o que embasou a apresentação da proposta, inicialmente. Enfatiza que há uma
631 preocupação quanto ao levantamento de dados e que, por se tratar de uma tarefa complexa, foi
632 criado um GT para realizar esse levantamento e, assim, dar maior subsídio às discussões. Em
633 seguida, com a palavra, Wanius Garcia, presidente da CPPD, comenta sobre a proposta e algumas
634 de suas inconsistências do ponto de vista normativo, acreditando que ainda há necessidade de
635 debate sobre o objeto do documento. Comenta sobre a demanda de processos com os quais a CPPD
636 tem lidado, que tem aumentado significativamente, informando que, há dois anos, dada a falta de
637 representação do CMCC e os impactos do trabalho remoto, apenas duas pessoas lidam com os
638 trabalhos da comissão, solicitando compreensão por parte dos docentes sobre as demandas
639 submetidas. Wagner Carvalho, presidente desta sessão, propõe a criação de um GT para discussão
640 da proposta, envolvendo, além da ADUFABC, os Centros, a SUGPEPE, a CPPD e a Reitoria, de
641 maneira a construí-la e reapresentá-la com mais consistência, no expediente da próxima sessão do
642 ConsUni. Fernando Cássio acata a proposta de criação de um GT para construção da minuta e
643 reapresentá-la numa próxima sessão, dadas as questões e especificidades que traz. Agradece pelos
644 apontamentos, enfatizando a necessidade de que o Conselho trate a discussão como urgente, uma
645 vez que a regulamentação excepcional das avaliações se faz cada vez mais imprescindível com o
646 avançar da pandemia, sendo que os impactos nas avaliações de desempenho docente já têm sido
647 percebidos e tendem a aumentar, o que reforça a tempestividade da medida. Visto que a relatoria
648 acata a criação do GT e construção da minuta, o presidente questiona se há alguma manifestação
649 contrária à formação proposta. Não há manifestações contrárias. Acácio Almeida informa que há
650 uma pesquisa em curso sobre a situação dos servidores da UFABC, o que abrange os técnicos
651 administrativos e docentes, neste período de trabalho remoto e cujos dados devem ser divulgados
652 no início de 2021. O presidente destaca entender a necessidade e urgência que a matéria exige,
653 todavia, dada a necessidade de construção de uma minuta mais consolidada, o item deverá retornar,
654 no expediente da próxima sessão, com a possibilidade de promoção à ordem do dia, na mesma
655 sessão, de acordo com o que for apresentado e deliberado pelo Conselho. O presidente agradece e
656 parabeniza ao Conselho pelos esforços realizados durante o ano de 2020, não só na adaptação ao
657 desafio da participação remota nos Conselhos, como pela construção de decisões cruciais para o
658 momento atual e para o futuro da universidade, garantindo a participação democrática de toda a
659 comunidade UFABC. Em especial, o presidente destaca o suporte imprescindível às sessões,
660 garantido pelo trabalho da Divisão de Conselhos da Secretaria-Geral, dos Tradutores de Libras, da
661 Assessoria de Comunicação e Imprensa e dos Trabalhadores Terceirizados. Como nenhum dos
662 participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente em exercício agradece a presença de todos
663 e encerra a sessão às 17h52. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão
664 de Conselhos, Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes em
665 administração, em conjunto com a secretária-geral, Carolina Moutinho Duque de Pinho, lavramos
666 e assinamos a presente Ata aprovada pelo Conselho.-----

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Jeanderson Carlos de Souza Silva
Assistente em Administração

Katia Tonello Semmelmann
Assistente em Administração

Carolina Moutinho Duque de Pinho
Secretário-Geral